

Entrevista n.º: 112

Entrevistado: *Denise Frossard Loschi*

Cargo: Juíza aposentada e deputa federal

Data: 30 de agosto de 2004

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ

Duração: 67 min

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Gilmar de Almeida Sá

Sumário

Dados pessoais: data e local de nascimento; formação acadêmica. A atuação como advogada antes do ingresso na magistratura (1984). A vocação precoce para a magistratura. A mudança para o Poder Legislativo. O Judiciário no período “pós-ditadura”. O início da carreira de magistrada na comarca de Porciúncula. As dificuldades enfrentadas e o projeto de escrever um livro. O período em que foi juíza substituta na capital. As experiências com processos que ganharam repercussão no Tribunal do Júri: *Hell's Angels*, Leon Eliachar e Carla Schetine. A trajetória na área criminal (varas criminais e Tribunais do Júri). A convocação para o Tribunal de Alçada Criminal. A notoriedade adquirida pelo processo do “jogo do bicho”. O alto nível de organização da quadrilha e a inadequação da legislação brasileira. A falta de instrumentos e o despreparo do Estado para reprimir organizações criminosas. A carência de leis mais adequadas ao nível de criminalidade e a opção pelo Poder Legislativo. O papel do Legislativo no combate à criminalidade. A ineficiência das investigações. A paradoxal transformação de varas criminais em varas cíveis na cidade mais violenta do país. As polícias como vítimas dos governantes e dos bandidos. O Tribunal do júri e a participação do cidadão na justiça. Sugestões para melhoria do Tribunal do Júri. A Justiça sob a pressão popular e dos políticos. O legislador como agente de justiça. O juiz como aplicador da lei e não legislador. A atuação da Justiça Eleitoral na disciplina da campanha “Eleições Limpas”. As denúncias de fraudes que atingiram a Justiça Eleitoral. A primeira eleição totalmente informatizada (1996). O papel educativo exercido pela Justiça Eleitoral. A responsabilidade da Justiça Eleitoral e dos partidos políticos. A convocação para o Tribunal de Alçada Criminal. A extinção dos Tribunais de Alçada. Os anseios dos cidadãos em relação à Justiça. O Estado como agente inviabilizador da prestação jurisdicional e do princípio da moralidade. A transparência das decisões do Poder Judiciário. A atuação na presidência de uma comissão que luta pelo fim do voto em segredo no Congresso. As hipóteses de votação secreta no Congresso e a necessidade de maior transparência. Os anseios do povo em relação à Reforma do Judiciário. A linguagem do Judiciário e a dificuldade de compreensão pelos cidadãos. Os limites da Reforma do Judiciário em relação aos interesses da sociedade. Inviabilidade do controle externo do Judiciário. A importância de um Conselho Nacional de Justiça como um ente judicial acima das unidades federativas. Os malefícios da súmula vinculante para o equilíbrio de poderes e para a democracia. A presidência da ONG “Transparência Brasil”. A corrupção como instrumento utilizado pelo crime organizado para se aproximar do Poder Público. A participação no Fórum Econômico Mundial de

Davos em 1996. O crime organizado global. O contato com a organização “*Transparency International*” e o surgimento da “Transparência Brasil” em São Paulo. A importância da existência de políticas públicas transparentes. Projetos de Lei elaborados em prol da transparência na administração pública. A educação como um caminho para romper a pobreza. As mulheres no Judiciário. A importância da educação da mulher na educação da família. A juventude na magistratura e em todo mercado de trabalho. As peculiaridades da carreira e a importância da Justiça Militar. A futura alteração do papel das forças armadas. As homenagens recebidas. A habilidade na comunicação e o gosto pelo ensino. A marcante passagem pela Justiça Eleitoral. Agradecimentos.